# ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: o que os dados nos dizem?

Lorena Ferreira Portes[1]

Melissa Ferreira Portes[2]

Evelyn Secco Faquin[3]

**RESUMO**

No contexto da pandemia de Covid-19, que emergiu no primeiro trimestre do ano de 2020, o ensino superior foi severamente impactado. O artigo objetiva apresentar o processo de monitoramento do Ensino Remoto Emergencial (ERE) do curso presencial de Serviço Social em Universidade Pública Estadual, realizado com estudantes e docentes no ano de 2020. Para a construção desse monitoramento, foram utilizados questionários eletrônicos da plataforma *Google Forms*. Os dados obtidos agregam argumentos que auxiliam na contraposição de falas em defesa dessa modalidade no interior das universidades públicas, demonstrando que a única justificativa para seu uso é a manutenção da vida em situações limites como a em curso. Reforçam também, a luta histórica da categoria profissional de assistentes sociais, a qual os docentes do curso de Serviço Social da UEL se alinham, na crítica ao ensino por meio exclusivo de tecnologias e até mesmo à redução do potencial universitário ao ensino.

**Palavras-chave**: Ensino Remoto Emergencial. Ensino Superior. Monitoramento.

**ABSTRACT**

In the context of the Covid-19 pandemic, which emerged in the first quarter of the year 2020, higher education was severely impacted. The article aims to present the monitoring process of Emergency Remote Teaching (ERE) of the on-site course on Social Work at a State Public University, carried out with students and teachers in 2020. To build this monitoring, electronic questionnaires from the Google Forms platform were used. The data obtained add arguments that help in the opposition of statements in defense of this modality within public universities, demonstrating that the only justification for its use is the maintenance of life in extreme situations such as the one in progress. They also reinforce the historical struggle of the professional category of social workers, which the teachers of the Social Work course at UEL align

[1] Universidade Estadual de Londrina (UEL); Doutora em Serviço Social e Política Social (UEL); E-mail: lorenafportes@gmail.com.
[2] Universidade Estadual de Londrina (UEL); Doutora em Serviço Social e Política Social (UEL); E-mail: melissaportes2010@gmail.com.
[3] Universidade Estadual de Londrina (UEL); Doutora em Serviço Social (PUC-SP); E-mail: evelynsecco@uel.br.

themselves with, in their criticism of teaching through technology exclusively and even the reduction of university potential to teaching.

**Keywords**: Emergency Remote Learning. University education. Monitoring.

## 1 INTRODUÇÃO

O ensino superior brasileiro, na sua trajetória sócio-histórica, tem sido marcado por uma direção privatista, por meio de um intenso processo de mercantilização que atende aos interesses do capital financeiro, transformando a educação em um expansivo nicho de exploração e acumulação. O ensino superior tem ancorado-se em um modelo aligeirado de formação, com expansão significativa da modalidade à distância.

Sendo assim, tomar a formação profissional no ensino superior como objeto de análise e problematização é uma tarefa que se coloca aos pesquisadores, aos trabalhadores da educação e aos estudantes, na defesa da educação enquanto direito social.

A educação vem sofrendo contínuos ataques movidos pela ofensiva neoliberal que, na lógica das contrarreformas, tem provocado uma regressividade no financiamento público, um maior estreitamento da relação público-privado, o desmantelamento dos serviços públicos e, consequentemente, a desvalorização e a precarização das carreiras dos servidores. Há, em curso, um projeto de expansão das privatizações, de sucateamento das políticas sociais e de desmonte da universidade pública.

No contexto da pandemia de Covid-19, que emergiu no primeiro trimestre do ano de 2020, o ensino superior foi severamente impactado. As instituições de ensino superior que ofertavam cursos na modalidade presencial passaram a ofertar o ensino no formato remoto, adequando suas normativas, revendo o planejamento e execução das atividades acadêmicas, abrindo-se caminhos para a defesa do ensino à distância, do incremento das ferramentas tecnológicas na educação através de um fenômeno que vem se avolumando e criando raízes: o da *plataformização* da vida acadêmica e profissional.

Essas mudanças apresentam nós críticos que não podem ser ocultados, mas precisam ser colocados em debate, enfrentando uma análise despolitizada e fragmentada da realidade atual, desmascarando os interesses políticos e econômicos implícitos na defesa do ensino à distância e de seu aparato tecnológico.

Partindo das experiências profissionais na docência em curso presencial de Serviço Social em Universidade Pública Estadual, das atribuições profissionais desempenhadas na Coordenação do Colegiado do Curso e na Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso, de participação no Núcleo Docente Estruturante (NDE) e na coordenação de um Projeto Integrado (Ensino, Pesquisa e Extensão) que tem como foco a qualificação, atualização e monitoramento da formação profissional em Serviço Social, objetiva-se apresentar o processo de monitoramento do Ensino Remoto Emergencial (ERE) realizado com estudantes e docentes no ano de 2020.

## 2 PANDEMIA, ENSINO SUPERIOR E ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

A relação entre a pandemia e o ensino remoto tornou-se no Brasil, a partir da Portaria nº 343 de 2020, direcionada às instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – Covid-19, uma relação indivorciável, que aponta, no tempo presente, sinais de esgotamento e fraturas.

Em 18 de agosto de 2020, foi criada a Lei nº 14.040, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. A última portaria que preconiza sobre a oferta do ensino remoto para as instituições do sistema federal de ensino superior é a de nº 1.038, de 07 de dezembro de 2020.

Em relação as instituições públicas estaduais, um conjunto de normativas foi criado para dar sustentação e organização a esse novo formato de ensino que, apesar das diferenças entre as IES, está sendo mais conhecido e denominado por Ensino Remoto Emergencial (ERE).

No Paraná são 7 (sete) Universidades Públicas Estaduais, quais sejam: Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) e Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).

A partir de março de 2020, dado o contexto pandêmico, as IES´s realizaram ações para atender as exigências de isolamento social, visando conter a contaminação da Covid-19. Dentre essas ações, as Universidades Estaduais Paranaenses suspenderam as atividades acadêmicas presenciais, de forma diferenciada entre elas e, posteriormente, retomaram essas atividades remotamente. O processo de retomada foi marcado por uma pressão do grande capital, da rede privada de ensino, pelo discurso da necessidade de “comprovar” à sociedade os salários, restringindo as finalidades das universidades ao ensino, ou seja, às aulas. Buscou-se construir um ambiente favorável ao ERE, ocultando que se trata do estímulo à orientação privatista e de expansão do EaD.

Considera-se que é preciso uma análise crítica em relação ao ERE, não naturalizando sua imposição e nem acreditar que será algo provisório ou que não está alinhado ao EaD. Nas universidades públicas, os setores privatistas e “eadistas” tomam seus lugares e defendem veementemente esses preceitos, buscando convencer a comunidade universitária das benfeitorias do ensino remoto e da sua necessidade, enquanto sinônimo de “modernização e atualização”. Não se problematiza a lógica inerente a esse processo, que se trata de uma “educação” sem escola, do rebaixamento do tripé ensino, pesquisa e extensão, do desmonte da universidade pública e a defesa de seus legítimos interesses, bem como das condições de trabalho, como enfatizaram Neto e Araújo (2021) de sua implementação para além do momento pandêmico que vivenciamos. As questões de acesso à equipamentos, à tecnologia e à internet se tornam meramente questões técnicas que podem facilmente ser resolvidas para esses defensores.

> A pandemia do coronavírus (Covid-19) consiste em uma oportunidade para que as grandes corporações financeiras que detêm o monopólio do conhecimento das novas tecnologias e o controle do universo cibernético sejam as principais beneficiadas. Os grandes grupos do universo virtual –

> como a Amazon, de Jeff Bezos e o Facebook e o WhatsApp, de Mark Zukerberg – ganharão trilhões com a modalidade EaD. Nesse contexto, os grandes grupos empresariais que atuam no referido complexo, como as empresas Cogna e Inc. Laureate International Universities, tornarão a crise uma excelente oportunidade para aumentar seus dividendos e destruir a universidade pública (NETO e ARAÚJO, 2021, p. 31-32).

É no enfrentamento dessa orientação que se problematiza o ERE e apresentam-se considerações sobre o seu desenvolvimento no Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Na UEL, o ERE está sendo regulamentado pela Resolução CEPE nº 027/2020 que no parágrafo segundo do art. 2º o define:

> Por atividades de ensino remoto emergencial entendem-se aquelas *síncronas ou assíncronas* a serem realizadas pela UEL sob a orientação dos professores, quando não for possível a presença física direta e simultânea de professor, de estudante ou de técnico, quando necessário, desde que não haja a presença física do estudante na universidade.

A resolução em questão, no art. 3º, enfatiza que a substituição de atividades acadêmicas presenciais por ensino remoto emergencial deverá ser realizada através de um Plano Especial de Matriz Curricular pelos Colegiados dos Cursos, apontando a carga horária a ser cumprida de forma remota. Cada curso organizou o plano especial para o ano letivo de 2020 e, dada a falta de condições sanitárias e estruturais para um retorno presencial seguro, os cursos apresentam um novo Plano Especial de Matriz Curricular para o ano letivo de 2021 que teve seu início no dia 2 de agosto de 2021 e finalizará em 23 de junho de 2022.

No Curso de Serviço Social da UEL, levando em consideração as atribuições do Colegiado do Curso e do Núcleo Docente Estruturante (NDE), coube a essas instâncias o planejamento das atividades remotas. Para isso, inicialmente, foi criado um subgrupo de trabalho, com participação de membros do Colegiado e da Chefia de Departamento, para refletir acerca do retorno remoto. Coube a esse grupo, discutir e apresentar uma proposta de cronograma para oferta das disciplinas para o ano letivo de 2020 e para o de 2021. A proposta foi apresentada ao Colegiado, ao NDE e ao Departamento para aprovação.

O Colegiado e NDE do Curso de Serviço Social da UEL em sua trajetória de acompanhamento do Projeto Político Pedagógico tem, enquanto direcionamento, a

realização de processos de avaliação e monitoramento das atividades pedagógicas ofertadas, com vistas à qualificação da formação graduada, assim como estabelecimento de diálogo entre os sujeitos que a efetivam (discentes, docentes e supervisores de campo).

Na emergência da necessidade de redimensionamento das atividades na modalidade do Ensino Remoto Emergencial essa sistemática se manteve, objetivando identificação das vivências, dificuldades e estratégias de discentes e docentes no processo de adaptação e execução dessa modalidade de ensino, enquanto subsídios para o planejamento e proposição de ações em semestres subsequentes.

Com o intuito de contribuir com a construção do monitoramento do ERE no curso, destaca-se a participação de docentes envolvidos em um Projeto Integrado que visa o acompanhamento da formação profissional e a qualificação da formação permanente dos profissionais.

Para a construção desse monitoramento, foram utilizados questionários eletrônicos da plataforma *Google Forms*, direcionados a docentes e discentes, totalizando 3 questionários: 2 enviados a todos os discentes do curso referentes ao 1º e 2º semestres de 2020 do Ensino Remoto Emergencial e 1 enviado aos docentes. Os primeiros questionários direcionados aos docentes e discentes no 1º semestre foram enviados e respondidos nos meses de novembro e dezembro de 2020, no 2º semestre o questionário aos discentes foi enviado e sistematizado nos meses de maio e junho de 2021.

Assim, a exposição se construirá a partir dos instrumentos:

**Quadro 1** – Instrumentos utilizados para o Monitoramento do ERE

| Formulários | Número Total | Formulários Respondidos |
|---|---|---|
| Discentes – 1º Semestre | 289 | 97 (33.56%) |
| Discentes – 2º Semestre | 251 | 57 (22,70%) |
| Docentes | 33 | 24 (72,72%) |

Fonte: Monitoramento do ERE Colegiado do Curso de Serviço Social/NDE-UEL.

A apresentação e discussão dos dados do processo de monitoramento serão abordadas na próxima seção.

## 3 O QUE NOS DIZEM OS DADOS DO MONITORAMENTO?

Como já mencionado, o monitoramento do ERE no ano letivo de 2020 ocorreu em dois momentos: a) aplicação de questionários aos estudantes e docentes no final do 1º semestre e aplicação de questionário aos estudantes no final do 2º semestre.

Aos estudantes as questões levantadas foram: a participação nas atividades síncronas e assíncronas e as dificuldades encontradas; sobre o adoecimento no período de ensino remoto; a avaliação da organização das atividades acadêmicas (como as disciplinas foram cumpridas).

Aos docentes o questionário voltou-se a levantar os seguintes aspectos: cumprimento dos objetivos da disciplina, sobre as estratégias didático-pedagógicas apontando dificuldades e potencialidades; a participação dos estudantes nas atividades síncronas e assíncronas.

Em relação ao monitoramento com os estudantes, antes da apresentação das sínteses é importante ressaltar a ampliação do número de trancamentos no período. No primeiro semestre estavam matriculados 289 estudantes e no segundo 251, portanto identifica-se 38 trancamentos. Tendo em vista que o curso tem turmas de 40 estudantes por série/turno, constata-se que praticamente uma turma interrompeu seus estudos no período. Esse dado demonstra que embora haja a defesa no interior da universidade da introdução do ERE como forma de continuidade de estudos, este não tem assegurado a permanência de estudantes no Curso de Serviço Social, sendo questão a ser problematizada.

Essa evasão ocorreu mesmo diante de um levantamento realizado pela Prograd, Pró-reitoria de Planejamento (Proplan) e Serviço de Bem-Estar à Comunidade (SEBEC), com o objetivo de identificar as condições sanitárias e socioeconômicas de todos os estudantes e saber sobre o acesso à Internet e equipamentos para o acompanhamento das atividades remotas. Diante desse levantamento, foram distribuídos *tablets* e *chips* para acesso à internet a todos os estudantes que apresentaram a necessidade. O movimento construído pela universidade na direção de oportunizar aos estudantes os equipamentos tecnológicos e acesso à internet foi importante, mas é preciso registrar que, apesar disso, as condições necessárias para o acompanhamento e realização das atividades

acadêmicas extrapolam o acesso a esses recursos, como será possível identificar nos dados levantados no monitoramento do ERE do curso de Serviço Social.

Em relação à participação dos estudantes nas atividades síncronas e assíncronas, pode-se verificar uma ampliação destas na transição entre semestres, ou seja, houve uma ampliação da participação no segundo semestre. No primeiro semestre 68,4% dos estudantes indicaram participar das atividades síncronas e 28,4% parcialmente. Já no segundo, 75,4% confirmaram participação e 21,4% parcialmente. Embora tenha havido um aumento da participação, esta não ocorreu sem dificuldades, uma vez que permanece o relato de dificuldades de concentração; necessidade de inserção no mercado de trabalho e ausência de ambiente adequado em suas residências para as atividades acadêmicas. Questões estas que extrapolam as ações desenvolvidas no interior da universidade para possibilitar “frequência” às atividades universitárias, à medida que se referem às condições materiais de vida dos estudantes que optam pelo Serviço Social como carreira universitária, sendo sempre oportuno mencionar que os discentes do curso são oriundos da classe trabalhadora.

Sobre as atividades assíncronas (trabalhos, relatos de experiência, estudos dirigidos, dentre outras) atribuídas segundo as orientações da instituição, no primeiro semestre 56,8% dos estudantes indicaram realizá-las e 38,9% parcialmente. No segundo, 71,% afirmou ter entregue e 21,1% parcialmente. Embora identifique-se uma ampliação na realização das atividades, estudantes novamente demonstram dificuldades quanto ao número de atividades exigidas; dificuldade de concentração; inserção no mercado de trabalho; necessidade de prestação de cuidados a crianças, idosos, pessoas com deficiência e ausência de ambiente compatível com os estudos em suas casas, em sua maioria já expressos nas dificuldades para os encontros síncronos.

Pelo monitoramento, é possível atribuir essa ampliação de participação devido a ajustes na própria organização das atividades acadêmicas promovidos pelo Grupo de Trabalho responsável pela proposta do Plano Especial de Matriz Curricular no ERE, instrumentalizado já pelos dados do monitoramento do primeiro semestre. Esta afirmação é possível, pela maneira como os estudantes avaliaram a organização no primeiro e no segundo semestre. No primeiro semestre 47,4% avaliaram a

organização como boa e 40% como regular, no segundo 14% indicam ter sido excelente, 56,1% boa e 24,6% regular, reforçando a importância do monitoramento realizado pelo Colegiado, NDE e Projeto Integrado enquanto subsídio para a qualificação da formação profissional, mesmo diante das adversidades.

Algo pujante demonstrado pelo monitoramento foi o processo de adoecimento, sobretudo mental, vivenciado pelos estudantes. Quando questionados sobre adoecimento no primeiro semestre 9,5% indicou ter contraído Covid-19, 12,6% outras patologias e 48,4% estar em sofrimento mental. No segundo semestre, infelizmente essa realidade se intensifica, 15,8% contraíram Covid-19, 14% adquiriram outras patologias e 57,9% afirmam estar em sofrimento mental. Concebe-se que o processo de adoecimento não cessará com a superação do cenário pandêmico, ou retorno presencial, exigindo a preparação da universidade para desenvolvimento de ações que venham ao encontro do atendimento às demandas postas por estes estudantes.

Uma característica particular aos estudantes do Curso de Serviço Social é a capacidade de realizar análise de conjuntura, assim mesmo diante da precariedade do ERE e dificuldades relatadas, estes em sua maioria se manifestam contrários ao retorno das atividades presenciais enquanto perdurar a pandemia (60% no primeiro semestre e 68,4% no segundo).

Continuando a exposição do monitoramento os dados levantados junto aos docentes indicam que apenas 20,8% conseguiram atingir todos os objetivos das disciplinas que ministram, enquanto 79,2%, os atingiram parcialmente.

Dentre as justificativas apresentadas identificam-se múltiplas dificuldades enfrentadas como a necessidade de redimensionamento dos conteúdos e maior tempo no planejamento dos encontros; prejuízos trazidos pela modalidade ao aprofundamento dos conteúdos, uma vez que foi necessário a diminuição de textos a serem discutidos; dificuldades para a proposição de debates e reflexões; tempo destinado aos encontros síncronos reduziu a possiblidade de interação com os estudantes; constrangimento dos estudantes em se expressarem por voz e vídeo, sendo a interação quando realizada reduzida a escrita no *"chat"* e não retorno de atividades assíncronas que objetivavam a avaliação de conteúdos, prejudicando o rendimento dos estudantes.

Sobre as possíveis potencialidades das estratégias didático-pedagógicas utilizadas no ERE, a maioria dos docentes indicou a não existência de potencialidades, apenas assinalando a possibilidade de contar com a participação de professores e pesquisadores externos à instituição para realização de falas no interior das disciplinas; o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem *Google Classroom* como local de armazenamento de materiais didáticos e a utilização de vídeos, filmes de forma mais dinâmica nas atividades síncronas.

Acerca das dificuldades na utilização de estratégias didático-pedagógicas no ERE, todos os docentes indicaram ter as vivenciado, sendo as principais: prejuízo na participação dos estudantes; cansaço dos estudantes; impossibilidade de contato visual pela não abertura de câmeras; ausência de espaço protegido para o estudo nas residências dos estudantes, prejudicando a concentração e interação; dificuldades no uso de tecnologias e acesso a internet por discentes e docentes e ausência de formação para ministrar aulas no ERE ofertada pela instituição.

Estes relatos vão ao encontro das dificuldades e ponderações verificadas nos questionários respondidos pelos estudantes como apresentado acima e ganham corpo quando docentes são questionados acerca da participação de estudantes nas atividades síncronas e assíncronas. Sobre as atividades síncronas a maioria dos docentes afirma que houve grande presença nas atividades (79,2%), no entanto, pouca interação (87,5%). Dado que se expressa no retorno das atividades assíncronas, em que 58,3% dos docentes afirmam que estudantes entregaram, mas, a qualidade do material entregue atingia parcialmente os objetivos das atividades propostas.

Enquanto fatores dificultadores, os docentes relatam a necessidade de investimento financeiro próprio para a execução do trabalho (ampliação de qualidade de conexão, aquisição de equipamentos, organização das residências para garantia de espaço de trabalho); baixa qualidade de conexão dos estudantes, a qual dificultou a participação e interação nos encontros; ausência de espaço para estudo nas residências, dificultando as manifestações nas aulas; perda do contato visual com os estudantes; cansaço dos discentes e ausência de capacitação efetiva para uso das ferramentas *online* oferecida pela instituição aos docentes.

No levantamento realizado pela ABEPSS[4] sobre o ERE apresentam-se dados sobre as condições de trabalho e saúde mental dos docentes. Em relação às condições de trabalho docente, foi destacado pelos respondentes: a intensificação do trabalho (86,5%); as dificuldades de conciliar com o ambiente doméstico (75%); dificuldades com o uso das tecnologias e de qualidade de internet, ambas sinalizadas por 71,9% dos respondentes. Indicaram ainda: falta de espaço e discussões coletivas, 59,4%; e a falta de mobiliário (37,5%) e computador adequado (36,5%).

A partir desses aspectos levantados pode-se afirmar que o ERE trouxe implicações para o trabalho docente, afetando não somente a organização pedagógica-acadêmica, mas as condições de trabalho, intensificando a jornada de trabalho que passou a não ter limites, uma vez que o espaço doméstico foi invadido pela instituição, pelas tarefas a serem cumpridas, pela sobrecarga, pelo excessivo número de reuniões via plataformas digitais, pelo descontrole das mensagens, e-mails, informações enviadas aos docentes, pelo conjunto excessivo de tutoriais a serem compreendidos, pelo aumento do tempo gasto com planejamento das atividades pedagógicas e preparo para ministras as aulas e lidar com os desafios de incorporar as tecnologias na prática docente. Vivencia-se uma situação de descontrole do tempo/espaço de trabalho em relação ao tempo/espaço da vida privada. A vida privada/doméstica foi capitaneada pela lógica produtiva. Como afirma Antunes (2020, p.15), vai se demolindo a separação entre o tempo de vida no trabalho e o tempo de vida fora dele, com o trabalho digital/on-line.

O trabalho docente em tempos de ensino remoto, seja no setor público ou privado, tendo por orientação a mercantilização do ensino e a salvaguarda dos interesses dos empresários da educação, sofre rebatimentos nefastos, pois como enfatizam Farage, Costa e Silva (2021)

> Esse processo, que vem de longe, ao se encontrar com o momento excepcional da pandemia se amplia, fortalecendo um movimento que

[4] Os dados preliminares do levantamento foram apresentados no planejamento nacional da entidade, que ocorreu entre os dias 24 e 30 de março de 2021. Em relação à metodologia para levantamento das informações da graduação em Serviço Social, foi construído um formulário no *Google Forms* e enviado às/aos coordenadoras/es de curso de graduação. Na graduação, foram enviados 193 formulários e obteve-se 97 respostas, envolvendo 879 cursos. Dentre as Instituições, 49 são públicas e 38 são privadas.

> considera o professor como um “insumo” na relação ensino-aprendizagem, descaracterizando seu trabalho, seu fazer, sua fruição e subsumindo seu trabalho à mediação tecnológica. Reduzindo a educação ao ensino, banalizando o essencial do processo educativo, sua interação e construção coletiva, a mediação tecnológica coloca a educação e as relações sociais no patamar do abstrato em detrimento do real e não como condição para sua compreensão (FARAGE, COSTA e SILVA, 2021, p. 236).

A exigência de incremento tecnológico colocada ao docente para responder às demandas postas pelo ERE explicita essa situação. Os docentes, num movimento solitário e sem contrapartida institucional e do Estado, tiveram que buscar uma capacitação para manusear as ferramentas e plataformas e adquirir equipamentos adequados e internet banda larga para operacionalizar suas atividades acadêmicas. Os docentes também indicam que o ensino remoto afetou a participação nas aulas, a interação entre docentes e discentes, o cumprimento dos programas das disciplinas, limitando o processo de ensino-aprendizagem. Somado a tudo isso, destaca-se também o processo de adoecimento dos docentes que vêm apresentando crises de ansiedade e quadros depressivos, tendo que submeterem-se à medicalização.

## 4 CONCLUSÃO

O Ensino Superior Público, que já vinha sofrendo duros golpes nos últimos anos, os quais exigiam e exigem resistência e enfrentamentos múltiplos para preservação de qualidade, de uma concepção crítica de educação e de defesa da carreira docente, está sendo veementemente pressionado por setores “eadistas” e privatistas para ampliar e consolidar a inserção do ensino à distância, buscando convencer de que as tecnologias são necessárias, inovadoras e oportunizam uma modernização no ensino, escamoteando os reais os interesses do capital em jogo.

A preocupação que se coloca, diante de uma conjuntura adversa à ampliação dos serviços públicos e da afirmação dos direitos sociais, é a de que se corre um grande risco de que os recursos tecnológicos na modalidade EaD consolidem-se na universidade pública, deixando de serem alternativas transitórias e emergenciais.

Diante do contexto, afirma-se que a pandemia agravou a precarização já vivenciada e abriu espaço para a instalação massiva do ensino a distância. O curso de Serviço Social, uma voz denunciadora desse movimento no interior da UEL, teve

que seguir orientações, instituições e aderir ao ensino remoto emergencial, enquanto única possibilidade de manter sua direção de defesa da vida.

Os dados obtidos por meio do monitoramento do ERE no Curso de Graduação em Serviço Social da UEL, agregam argumentos que auxiliam na contraposição de falas em defesa dessa modalidade no interior das universidades públicas, demonstrando que a única justificativa para seu uso é a manutenção da vida em situações limites como a em curso. Reforçam também, a luta histórica da categoria profissional de assistentes sociais, a qual os docentes do curso de Serviço Social da UEL se alinham, na crítica ao ensino por meio exclusivo de tecnologias e até mesmo à redução do potencial universitário ao ensino. Reflete-se assim, que não há ganhos nesse processo e que o retorno presencial deve ser defendido tão logo seja possível.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. **A Formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial**. Brasília: ABEPSS, 2021. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210611_formacao-em-servico-social-e-o-ensino-remoto-emergencial-202106141344485082480.pdf. Acesso em: 1 jun. 2021.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 11-22.

BRASIL. Decreto Legislativo n. 6 de 2020. Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 mar. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. Lei n. 14.040, de 18 de agosto de 2020. Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 ago. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14040.htm. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. Portaria MEC n. 343 de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 mar. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. Portaria MEC n. 1.038 de 7 de dezembro de 2020. Altera a Portaria MEC nº 544, de 16 de junho de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meio digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e a Portaria MEC nº 1.030, de 1º de dezembro de 2020, que dispõe sobre o retorno às aulas presenciais e sobre caráter excepcional de utilização de recursos educacionais digitais para integralização da carga horária das atividades pedagógicas, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19. **Diário Oficial da União**, Brasília, 07 dez. 2020. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-mec-n-1.038-de-7-de-dezembro-de-2020-292694534. Acesso em: 10 ago. 2021.

FARAGE, Eblin Joseph; COSTA, Arley José Silveira da; SILVA, Letícia Batista da. A educação superior em tempos de pandemia: a agudização do projeto do capital através do ensino remoto emergencial. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 13, n. 1, p. 226-257, abr. 2021.

NETO, Artur Bispo dos Santos; ARAÚJO, Lorraine Marie Farias de. Ensino a Distância (EAD) e destruição da Universidade Pública. **Revista Universidade e Sociedade**, São Paulo, Ano XXXI, n. 67, p. 22-45, jan. 2021.

UEL. COLEGIADO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL. **PLANO DE MATRIZ ESPECIAL**, 2020. Disponível em: http://www.uel.br/prograd/acolhimento/documentos/matriz_curricular/matriz_curricular_acolhimento_semana_retomada_servico_social.pdf. Acesso em: 01 jun. 2021.

UEL. COLEGIADO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL. **Relatório do Monitoramento do Ensino Remoto Emergencial**. Londrina, 2021.

UEL. **Resolução CEPE n. 027/2020**. Regulamenta as atividades académicas de graduação não presenciais/ensino remoto emergencial, em decorrência da pandemia COVID-19, nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) na Universidade Estadual de Londrina, e dá outras providências. Disponível em: http://www.uel.br/prograd/documentos/resolucoes/2020/resolucao_27_20.pdf. Acesso em: 14 maio 2021.